

Cultura Viva, A política pública do Bem Comum ⁱ

Célio Turino
Historiador, escritor
Gestor de políticas públicas
Brasil

Ponto de Cultura pressupõe autonomia e protagonismo sociocultural potencializados na articulação em rede e se expressa no reconhecimento e legitimação do fazer cultural das comunidades, gerando empoderamento social. Mais que uma ação de governo, Ponto de Cultura é um conceito de política pública, que se articula em um programa muito mais amplo: **Cultura Viva**.

No primeiro documento de formulação do programa, escrito por mim em 2004, esta integração entre Ponto de Cultura e o Cultura Viva já foi apresentada de forma clara: “*O Cultura Viva é concebido como uma rede orgânica de gestão, agitação e criação cultural e terá por base de articulação o Ponto de Cultura*”.

Se Ponto de Cultura é o ponto (base) de apoio, o Cultura Viva é a alavanca. Coração e pulmão pulsando em cadência, ativando um fluxo contínuo de vida. Como parte de um sistema vivo, o Ponto de Cultura funciona como sedimentador de iniciativas e ações; são essas ações que garantem a vitalidade do sistema, alimentando-o constantemente de novas idéias e fazeres. Essa concepção de sistema vivo faz com que o uno e o múltiplo sejam complementares, e ao mesmo tempo diversos. Ao observar a logomarca do Cultura Viva e do Ponto de Cultura, percebe-se esta integração e complementariedade: o Ponto representado por uma figura humana de braços abertos (em referência ao “Homem Vitruviano”, de Leonardo da Vinci), em torno do qual pulsam ondas de afecção (em referência ao pensamento filosófico de Espinosa), e o Cultura Viva promovendo a integração dessas figuras humanas, que se encaixam e conectam-se. Eu sou, eu posso, este é o conceito.

Em torno do Ponto de Cultura são desenvolvidas inúmeras ações, que funcionam como usinas de força, irrigando as entidades culturais com novos questionamentos e idéias: *Cultura e Saúde*, *Escola Viva* (integração escola/comunidade/cultura), *Pontinhos* (cultura infantil e lúdica), *Mestres da Cultura Popular e Griôs* (aproximando conhecimento tradicional com a educação), *Pontos de Mídia Livre* (fortalecendo os meios de difusão da cultura, notadamente sites e blogs independentes, TVs e rádios comunitárias), *Interações Estéticas* (incentivando a experimentação artística a partir da integração entre artistas profissionais e comunidade). São muitas as possibilidades de combinação; é exatamente por isso que o programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura tem conquistado cada vez mais reconhecimento, tanto por parte dos grupos culturais do Brasil e do exterior, de governos e universidades, sendo que o programa começa a ser adotado como referência em diversos países.

Se Ponto de Cultura é a simplicidade (reconhecimento das iniciativas culturais já desenvolvidas e o seu fortalecimento com o suporte de R\$ 60 mil/ano), o Cultura Viva é a complexidade. E se complementam em um tecido comum, para além das determinações e acasos. São as ações e interações do Cultura Viva que fazem com que o programa mantenha esse caráter questionador em diversas relações: na relação entre Estado e Sociedade, no próprio aparato burocrático do Estado, junto às organizações e movimentos sociais (que também passam por mudanças de enfoque, entendimento e relações de poder) e no processo criativo da própria cultura.

Tendo idealizado e cuidado da implantação do programa por quase seis anos e acompanhando os mais de 3.000 Pontos de Cultura espalhados por todo o Brasil, nas diversas áreas, dos sertões ao litoral, de aldeias indígenas às grandes cidades, de grupos de cultura tradicional a vanguardistas, chego à conclusão que este programa também poderia ser interpretado como um jogo matemático, ou um exercício de filosofia coletiva.

Segundo pesquisa do IPEA, são mais de 8 milhões de pessoas envolvidas na rede de Pontos de Cultura, participando em níveis diferentes, alguns como gestores, outros como professores e oficinairos, artistas, criadores, alunos, consumidores, público apreciador. No futuro vale uma pesquisa qualitativa para entender melhor como acontece esse processo de apropriação (e como a comunidade, efetivamente, participa do Ponto), mas já é possível tirar algumas conclusões: um Ponto que apenas participa do programa como forma de receber recursos e se fecha em casulo, define; outros, que se jogam na rede, se abrem para o novo, explodem em criatividade e emancipação. O Maracatu Atômico de Jorge Mautner e Nelson Jacobina é recriado no Carnaval, em Aliança (zona da Mata de Pernambuco) junto com mestre Duda e Biu do Coco; indígenas fazem cinema, idealizam, roteirizam, dirigem e encenam os seus próprios filmes, falados em Ashaninka, Huni-Kuni, Kuikuro, Ikepeng, o índio na visão do índio, na frente e atrás das câmeras; assim como os jovens das favelas, das periferias, fazendo seus filmes, teatro, literatura; ou nos assentamentos do MST; ou artistas e jovens das universidades, do CUCA da UNE que, com o Ponto de Cultura, descobrem um novo Brasil.

É neste jogo matemático e exercício de filosofia coletiva que está o aspecto mais instigador do programa. São integrações das mais diversas, unindo pessoas e grupos sociais que antes não teriam condições de aproximação verdadeira. É neste processo de aproximação que pode ocorrer um desenvolvimento cultural efetivo. Com liberdade, e sem imposições, as pessoas começam a se reconhecer de maneira mais funda, percebendo o que é essencial em sua identidade. E ao redescobrirem sua identidade ganham condições de praticar a alteridade, de se perceber no "outro". Identidade + Alteridade = Solidariedade. Uma solidariedade que vai além de palavras, efetiva, porque vivenciada.

O Cultura Viva, como política pública, atua em diversos campos: cultura como expressão simbólica, como cidadania, como economia. E envolve valores. Que economia? Qual o sistema de trocas? Inclusão social ou emancipação? Qual cultura expressar? Quais direitos? Multiculturalismo ou transculturalidade? O Brasil é um exemplo de identidade cultural que se expressa na própria diversidade; uma cultura mestiça, que junta todas as culturas numa só - sem

que as singularidades se percam na multidão. A forma de revelar e fortalecer essas singularidades foi encontrada com o estúdio multimídia (pequeno equipamento digital para audiovisual, com computadores operando como ilha de edição em software livre). O estúdio multimídia é o único elemento comum a todos os Pontos de Cultura, o único item obrigatório, isso porque só se é Ponto, quando há disposição para a troca; e troca só se faz com registro e circulação. O Estúdio Multimídia representa colocar os meios de produção nas mãos de quem faz cultura (qualquer semelhança com o pensamento original de Marx não é mera coincidência: os meios de produção nas mãos dos produtores, pois só assim deixaremos de ser indivíduos alienados).

O elemento emancipador do programa ocorre da interação dialética deste processo: autoreconhecer-se / reconhecimento no outro; cultura de si / cultura do comum. Daí a passagem de estágio (individual, grupal ou social), do “em si” para o “para si”, alcançando a emancipação. A emancipação é essencial para definir um Ponto de Cultura, sem ele, diria que uma entidade, mesmo recebendo recursos governamentais e mantendo uma relativa autonomia na gestão destes recursos, não se realiza como Ponto de Cultura. Ela pode prestar serviços para sua coletividade, mas sua ação restrita não faz com que cada indivíduo “*cultive seus dotes e possibilidades em todos os sentidos*” (A ideologia Alemã – Marx e Engels). Exemplos? Entidades que passam anos oferecendo cursos de iniciação artística para jovens nas periferias e que, ao não questionarem o sistema de um modo mais abrangente, não formam valores, não se contrapõem à realidade. No máximo qualificam a maneira que estes jovens vão pedir dinheiro em cruzamentos das grandes cidades, fazendo malabarismos ou até mesmo se perdendo para a criminalidade. Ao manter uma aparente distância da política, essas entidades, notadamente ONGs alimentam uma conduta de conformidade e acomodação ao sistema, impedindo que a emancipação seja a tônica de seu trabalho.

Para além da construção de prédios ou a simples transferência de recursos para organizações culturais, o objetivo é intensificar a interação entre os sujeitos e seu meio, dando sentido educativo à política pública e promovendo o desenvolvimento a partir da apropriação coletiva dos conceitos e teoria do programa. Um programa construtivista, ou fenomenológico, que tem por princípio o compartilhamento de ideias e valores. Compartilhamento que ocorre pela partilha do sensível, trazendo um forte componente de encantamento e magia, potência e afeto.

A palavra Cultura é uma das mais difíceis de conceituar e vai se modificando ao longo do tempo. Cultura vem de cultivo e, por isso mesmo, é próxima do conceito de agricultura. Exatamente isso: preparar a terra, arar, semear, regar, acompanhar o crescimento das plantas, protege-las de pragas e ervas daninhas, colher, selecionar as sementes e..., começar tudo novamente (ao menos este é o processo enquanto o mundo das sementes geneticamente modificadas e patenteadas ainda não domina por completo a produção de alimentos). Com a Cultura é a mesma coisa. Tendo sido responsável pela idealização e implantação do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, diria que a Cultura deve vir sempre acompanhada palavras iniciadas com “E”; no início identifiquei 3 “Es”: *Ética, Estética, Economia*, agora penso que é preciso incorporar mais uma palavra iniciada com “E”: *Educação*. Os “Es” da Cultura.

Ao integrar sistema de valores em uma forma prática e simbólica, vamos rompendo com as barreiras da alienação (elemento vital no processo de dominação capitalista) e ao fazer isso construímos um processo educativo que pode resultar em novas práticas sociais e econômicas. Que práticas seriam estas? Uma economia solidária, com trabalho compartilhado, comércio justo, consumo consciente e respeito ao trabalho humano, ao meio ambiente e à criatividade. Ou seja, não há como desenvolver uma política cultural emancipatória sem a triangulação **Cultura/Economia Solidária/Meio Ambiente**. Simples. Mas oposto da prática econômica e social vigente.

Parece estranho colocar esses princípios filosóficos na apresentação de uma política pública. Mais comum é apresentar um programa sob a lógica da técnica (que se torna ideologia em sua aparente neutralidade e, como ideologia, incorpora os valores do sistema dominante), com dados, objetivos, metas e indicadores. Tudo isso é importante, e foi feito na construção do Cultura Viva. Mas mais importante são os conceitos, os princípios, os valores. Um programa como o Cultura Viva e os Pontos de Cultura só pode ser idealizado a partir da lógica do bem comum e não da acumulação privada. Este não é um simples programa de transferência de recursos para que as entidades culturais gerem seus pequenos espaços (com pequenos recursos e pequenos objetivos). Claro que há o componente do recurso financeiro, e ele é necessário e foi realizado com eficácia, de tal modo que os recursos em 2010 chegaram a mais de mil municípios do Brasil, nas mais remotas e esquecidas comunidades do país. Porém, de muito mais valor, são os princípios da partilha, da generosidade e da coragem de romper barreiras (e preconceitos). Este é um ideal comunista. Não o comunismo que conhecemos no século XX, que nem era comunismo, mas socialismo, com economia planificada, muita burocracia e pouco espaço para a liberdade de iniciativa. Aqui falo de um ideal de valor comunista no sentido etimológico da palavra; Comunismo: comunidade, comunhão, bem comum. Por estar alicerçado no ideal do bem comum o Ponto de Cultura tem sido tão bem aceito, nas mais diferentes esferas de governo e partidos. Claro que não há o entendimento pleno deste caráter emancipador do Ponto de Cultura, mas esta é uma proposta ampla, em que cabem todas as pessoas de boa vontade (aqui ressalvo, no discurso todos cabem, mas na prática as condutas são outras, pois há uma submissão aos interesses individuais e de classe, assim como da ideologia dominante, cujos valores intangíveis atravessam as práticas – valores como egoísmo, ambição desmedida, hedonismo, imediatismo, tão presentes na ideologia neoliberal). O Ponto de Cultura também exercita um outro tipo de Estado, de compartilhamento com a sociedade, ao mesmo tempo leve e presente, ampliado; um Estado Vivo. Neste exercício, ao invés de esconder as contradições na relação entre Estado/Sociedade, essas limitações e barreiras vão sendo escancaradas até que novos padrões se apresentem. Quais paradigmas precisariam mudar?

Da política pública focada na estrutura para o foco no fluxo.

Do Estado que impõe para o Estado que dispõe.

Do Estado que concentra (riquezas, informação e poder) para o Estado que libera energias.

Do Estado impermeável para o Estado penetrável.

Do Estado que esconde para o Estado transparente.

Do Estado que controla para o Estado que confia.

Do povo que transfere responsabilidades para o povo que participa.

Da desconfiança à confiança, gerando responsabilidade e liberdade.

Da carência para a potência.

Talvez a chave para essas mudanças de paradigmas na relação Estado/Sociedade esteja exatamente no último padrão que precisa ser mudado (carência/potência). As políticas públicas, em qualquer lugar do mundo, são formuladas a partir do critério da falta, da vulnerabilidade. Daí o assistencialismo (tanto nos modelos de Estado de Bem Estar Social do pós II Guerra, como em quaisquer outros) e a ausência de políticas efetivamente emancipatórias. Com o Ponto de Cultura partimos do oposto, buscamos a potência, a capacidade de agir e transformar que todos os indivíduos e grupos possuem, mas que, ao longo de 5.000 anos de civilização foram deprimidos, sufocados. Por isso falo do caráter subversivo do Ponto de Cultura. Alguém pode usar a expressão “caráter subversivo do programa” de forma maldosa, até porque quem domina e oprime não pode conviver com a potência e a liberdade, mas insisto neste sentido de subversão de valores porque ele é fundamental, estruturante para um novo salto de civilização. A civilização do III milênio pressupõe a quebra de hierarquias culturais (portanto, de poder simbólico) e a construção de novas legitimidades com o reequilíbrio entre poderes (relação povo/estado). Não é exatamente isso que o povo (em todos os lugares), mesmo sem saber como fazer, deseja?

“O povo sabe o que quer, mas também quer o que não sabe” (letra de Gilberto Gil). O Ponto de Cultura veio para isso: que o povo se des-esconda e se assuma como povo. Sempre com muita arte, amor e alegria, pois essa é a prova dos “nove”. Que tenhamos coragem para avançar neste processo.

i

Extracto de ponencia presentada por Celio Turino, texto aportado por el autor.